GESTÃO DEMOCRÁTICA: VERSO E REVERSO

Maria Eugênia Castanho[1]

Warlen Fernandes Soares[2]

INTRODUÇÃO

A escola contemporânea pode ser entendida como um local que além de organizar a construção do conhecimento científico, prepara para a cidadania. A educação formal insere-se na vida social moderna onde torna-se indissociável a sua relação com os dilemas sócio-político-econômicos.

A escolha pela temática desta pesquisa emerge após uma reflexão das autoras sobre o papel que desempenharam em cargos de gestão, na cidade de Campinas. Ao revisitarmos as nossas histórias de vida, buscamos imprimir um dinamismo diante das experiências que foram significativas para nós. As autoras,começaram a sua experiência como professoras e este fato contribuiu para que o processo de formação docente fosse contemplado em amplitude, bem com ambas foram professoras também em cursos de graduação (Pedagogia).

Adentramos na escola não como espectadores, pesquisadores ou críticos de um sistema sabidamente dicotômico. O nosso lugar de fala está alocado na responsabilidade de fazer parte do atual processo de ensino-aprendizagem, posto que as autoras participaram em diferentes momentos de cargo de gestão em diferentes instituições. Tais experiências expressam os argumentos por nós defendidos de que a democracia perpassa pelo campo valorativo e pelo campo da prática.

Optamos por uma narrativa de cunho descritivo, ancoradas por autores

[1] Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Pedagoga;Titular Fundadora do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas (em exercício); Cidade: Campinas, SP. E-mail: meu.castanho@gmail.com.

[2] Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Professora efetiva na Rede Municipal de campinas, alocada na EMEFEI/EJA Raul Pila; Cidade: Campinas, SP. E-mail: warlen_educa@hotmail.com.

que sustentam a defesa em práticas pedagógicas democráticas. Esperamos que este texto colabore com a reflexão acerca do processo democrático em gestão escolar, oportunizando o conhecimento dos elementos que respaldaram o nosso fazer.

Entende-se que a gestão democrática, com premissa participativa e autônoma, apresenta-se como um importante desafio, principalmente no contexto do Projeto-Político-Pedagógico, bem como na amplitude dos aspectos administrativos e organizacionais. O gestor, seja ele diretor, vice-diretor, Orientador Pedagógico, Orientador Educacional ou Coordenador tem assumido responsabilidades junto ao corpo docente, funcionários, comunidade, pais e corpo discente, para que todos possam comungar de uma visão participativa de escola.

MARCAS PEDAGÓGICAS INSCRITAS NAS MEMÓRIAS

A experiência com a prática em gestão nos faz percebê-la como forma efetiva de trabalho democrático. O gestor de um espaço democrático garante o funcionamento da escola em diálogo com todas as partes envolvidas, caso contrário, a organização social do trabalho deixa brechas para o autoritarismo velado. Deste modo, torna-se premente que trabalho incida luz sobre a realidade apresentada, no intuito de melhorar o processo educativo e que as práticas conservadoras, autoritárias e burocráticas passem por um processo de revisão, com vistas a otimizar a racionalidade que a figura do gestor engendra.

Ao trabalhar como gestoras tivemos em mente a afirmativa de Paro (1997, p.7) enfatizando que "a educação deve ser entendida como apropriação da cultura humana produzida historicamente e a escola como instituição que provê a educação sistematizada". Em outras palavras, é no espaço de produção do saber sistematizado que o diálogo sobre cidadania e democracia deve acontecer.

Façamos um recorte sobre as concepções pedagógicas que permeiam o

trabalho de um gestor. Uma panorâmica neste aspecto aponta para o fato de sermos fruto de nossas experiências subjetivas e não só aquelas pertinentes ao campo pedagógico.

Ao falarmos sobre a gestão democrática vemos que o projeto político-pedagógico (PPP) pode ser entendido como a própria organização de todo o trabalho pedagógico. Novas ações, a ele, são avaliadas e a ele incorporadas. Será no PPP que a concepção de escola estará explicitada. Em nosso trabalho como gestoras, ao construir ou rever o PPP, as formas de resolução de conflitos e as relações corporativas sempre estão sinalizadas e sanadas.

Nossa experiência revela a necessidade de reforçar que a escola não pode mais ser gerida em situações hierarquizadas, de cima para baixo, na ótica de um poder centralizador e por um controle técnico burocrático. Sempre temos em mente que o projeto político-pedagógico além de enfatizar a visão de homem/mundo, contempla as mudanças vindouras e alinha projetos coletivos e participativos, bem como a definição do tipo de cidadão e sociedade a formar.

Sempre esteve claro para nós que falar em igualdade de oportunidade para todos requer uma expansão dos princípios contemplados no documento norteador e ter em vista a qualidade do sistema de ensino.

BREVE DIÁLOGO COM A LEGISLAÇÃO

A concepção progressista contemporânea vê o pedagogo como o intelectual orgânico que atua no campo da supra estrutura com a população. No escopo de sua formação, envolve-se com várias concepções teóricas e no exercício de seu múltiplo papel, desenvolve no exercício de seu cargo as possibilidades de lidar com as contradições nas quais a sociedade está inserida. Falar em contradições, nos remete à contra hegemonia, necessária aos movimentos de luta no bojo das instituições. Assim, a gestão, realmente democrática, é uma forma de gerenciar uma instituição de ensino e permitir as contradições.

O termo por nós defendido como gestão democrática, ancora-se em Dourado e Amaral (2011, p. 303), que se referem à expressão "como espaço de deliberação coletiva (estudantes, professores, pais ou responsáveis) precisando ser assumida como base para a melhoria da qualidade da educação e aprimoramento das políticas educacionais".

A escola pública, democrática e de qualidade possui algumas exigências que elencaremos ao final deste artigo. Ademais, temos clareza sobre o fato de que a gestão escolar não é linear, segue com rupturas e permanências ao longo de todo o processo. A gestão democrática pressupõe descentralização de decisões em favor de formação de colegiados com força para participar, argumentar e decidir.

A Nova Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), corrobora com a Constituição Federal (1998) em seu art. 14, ao realçar que os professores e a comunidade escolar são chamados à construção do PPP. Torna-se relevante destacar que no âmbito da gestão escolar democrática, muitas foram as conquistas, dentre elas a criação das comissões próprias de avaliação, os conselhos de escola, a abertura de grêmios, dentre outras. A LDB-9394/96 em seu Art. 3°, inciso VIII, em consonância com a CF/1988, delegou aos sistemas de ensino a atribuição de sistematizar as bases legais.

O NOSSO OLHAR EXTRAMUROS: PALAVRAS FINAIS

Revendo nossa trajetória como professoras e como gestoras, percebemos que o momento atual é de dúvidas e esperanças. António Nóvoa (2020) defende que nada substitui uma boa lição e um bom professor e que precisamos construir ambientes educativos favoráveis a uma diversidade de situações e de dinâmicas de aprendizagem, ao estudo, à cooperação, ao conhecimento, à comunicação e à criação.

Muitos professores e gestores em condições dificílimas, inventaram respostas úteis e consistentes, através de dinâmicas de colaboração dentro e fora das escolas.

Os problemas educativos, agora expostos com nitidez pela pandemia, não são novos. Estamos assistindo a uma aceleração da história. Ospróximos tempos vão ser marcados por mudanças profundas. Hoje, mais do que nunca, precisamos de universidades com grande autonomia e liberdade, com espírito crítico, comprometidas com o reforço do espaço público da educação, trabalhando com a formação de professores para a educação básica.

Encerramos com Nóvoa:

Quando era reitor da Universidade de Lisboa perguntaram-me onde estava o futuro das universidades. Respondi: na educação básica, no reforço de uma educação pública de qualidade para todos. Sem isso, dificilmente teremos boas universidades. Mas é preciso fazer também a pergunta inversa: onde está o futuro da educação básica? A minha resposta é simples: está, em grande parte, nas universidades, porque são elas que formam os professores, porque são elas que têm a "massa crítica" necessária para reforçar a educação como bem público e bem comum. (2020).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, DF: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.São Paulo: Saraiva, 1996.

DOURADO, L. F.; AMARAL, N.C. Financiamento e Gestão da Educação e o PNE 2011 -2020: avaliação e perspectivas. In: Dourado, L.F (org). Plano Nacional de Educação (2011-2020). Avaliação e Perspectivas. Goiânia: UFG; Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

NÓVOA, António. E agora, Escola? Jornal da USP, 19/08/2020.

PARO, V. H. Crítica da Estrutura da Escola. São Paulo, SP: Cortez, 2011.